



INVESTIGAÇÃO

Pichadora de estátua do STF vai para a cadeia

Moradora de Paulínia (SP) escreveu a frase “perdeu, mané” no monumento da deusa Têmis durante os atos golpistas de 8/1. Ela foi presa pela Polícia Federal. Outro detido é um homem que se sentou na cadeira de Moraes, retirada do plenário

» RENATO SOUZA

Em mais uma fase da Operação Lesa Pátria, deflagrada pela Polícia Federal para apurar os ataques de 8 de janeiro em Brasília, a corporação prendeu 32 suspeitos e cumpriu 42 mandados de busca e apreensão em nove estados e no Distrito Federal. Entre os alvos da oitava fase da ação, estão uma mulher que pichou a estátua da Justiça em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) e um homem que se sentou na cadeira do ministro Alexandre de Moraes, retirada do plenário da Corte.

Débora Santos foi detida em Paulínia (SP). Ela é suspeita de ter pichado a estátua da deusa Têmis com a frase “perdeu, mané”, em referência a uma resposta do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, a um bolsonarista, em Nova York, nos Estados Unidos (leia Memória). A mulher também postou vídeos em redes sociais debochando das autoridades após os ataques extremistas.

Com o avanço das investigações e após as primeiras prisões na mesma semana dos atentados, Débora Santos apagou as imagens. Porém, vídeos que circularam na internet e fotos feitas pela imprensa mostram o momento em que ela vandalizou o monumento. Nas mídias, a extremista aparece, também, mostrando as mãos sujas de tinta e comemorando a invasão do prédio da Corte com outros radicais.

Além de Débora Santos, foi preso Fábio Alexandre de Oliveira, o homem que se sentou na cadeira do ministro Alexandre de Moraes, retirada do plenário durante a invasão do Supremo. “Cadeira do Xandão, agora com irmão Fábio, já era”, debochou, na ocasião. O radical é mecânico e foi detido em Penápolis (SP). Após o atentado, a cadeira, histórica, e outros objetos passaram por restauração.

Outro preso é Nelson Ribeiro Fonseca, que furtou uma bola assinada pelo jogador Neymar. O objeto estava no acervo da Câmara dos Deputados. Ainda em janeiro, ele entrou em contato com a Polícia Militar de São Paulo e informou que estava com a bola. Em sua defesa, alegou que não a entregou no dia dos atos golpistas em razão de confrontos que ocorriam na Esplanada dos Ministérios. Ele foi encontrado pela PF em Sorocaba (SP).

Memória

Assédio em Nova York

Em 15 de novembro do ano passado, o ministro Luís Roberto Barroso e outros magistrados do Supremo estavam em Nova York para participar de uma conferência. Eles passaram a ser seguidos nas ruas da cidade por um bolsonarista que levantava suspeita de fraude nas eleições. O manifestante questionava o ministro Alexandre de Moraes — integrante da Corte e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — se ele deixaria “o código-fonte ser exposto”, em referência ao sistema eletrônico de votação. O magistrado não respondeu e, em seguida, o bolsonarista perguntou a Barroso, que disparou: “Perdeu, mané, não amola”. O vídeo do episódio viralizou nas redes sociais.

Já na Bahia, foi preso Josafá Ramos, ex-vereador da cidade de Feira de Santana. Nas redes sociais, o investigado compartilhou imagens da participação dele no acampamento golpista montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. Ramos também afirma ser integrante da Polícia Militar desde 1991 e ter servido no 35º Batalhão de Infantaria (35º BI) do Exército.

Os mandados de prisão preventiva foram cumpridos em Goiás, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal. Do total, 13 foram cumpridos em São Paulo. O segundo estado com mais prisões foi Minas Gerais, com oito ao todo.

“Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido”, informou a PF, em nota.

Joedson Alves/Agência Brasil



A estátua pichada da deusa Têmis, que fica em frente ao STF: frase é uma referência à resposta do ministro Barroso a um bolsonarista

AS OUTRAS FASES / Relembra etapas anteriores da operação

Primeira fase — 20 de janeiro

Prendeu cinco suspeitos de participação, incitação e financiamento nos atos golpistas. Entre eles, “Ramiro dos Caminhoneiros”, Randofo Antonio Dias, Renan Silva Sena e Soraia Baccio. A ofensiva vasculhou 16 endereços em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os alvos são suspeitos de crimes de golpe de Estado, associação criminosa, incitação ao crime e destruição de bem especialmente protegido.

Segunda fase — 23 de janeiro

Polícia prenderam, em Uberlândia (MG), o extremista Antônio Cláudio Alves Ferreira, filmado destruindo um relógio histórico no Palácio do Planalto. Ele é suspeito de crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Terceira fase — 27 de janeiro

A operação prendeu cinco pessoas, em Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Goiás. Entre os detidos, estava a idosa Maria de Fátima Mendonça, de 67 anos, que viralizou ao dizer em um vídeo que ia “pegar o Xandão”. O sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro conhecido como Léo Índio foi alvo de buscas na mesma etapa. As suspeitas são de crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Quarta fase — 3 de fevereiro

A PF cumpriu mandados em Rondônia, Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso e Distrito Federal. Os detidos foram o empresário conhecido como Márcio Furacão, que se filmou ao participar da invasão ao Palácio do Planalto, e o sargento

da Polícia Militar William Ferreira da Silva, conhecido como “Homem do Tempo”, que fez vídeos subindo a rampa do Congresso Nacional e dentro do STF. Os presos são suspeitos de crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Quinta fase — 7 de fevereiro

Quatro oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal foram presos suspeitos de convivência com os bolsonaristas radicais. Um deles é o coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, que era chefe do Departamento Operacional da corporação, setor responsável pelo planejamento da operação de segurança para o 8 de janeiro. Ele estava de licença no dia do ataque e foi afastado do cargo pelo então interventor federal Ricardo Cappelli. Os alvos são suspeitos de omissão.

Sexta fase — 14 de fevereiro

A Polícia Federal prendeu cinco radicais e buscava outros três. Os agentes cumpriram 13 mandados de busca e apreensão em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo. Eles são suspeitos de crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Sétima fase — 7 de março

Agentes prenderam três radicais: Edmar Miguel, o Miguel da Laranja, que se filmou subindo no teto do Congresso Nacional durante a ofensiva antidemocrática; Kennedy de Oliveira Alves, que fez um vídeo enquanto invadia o prédio do Supremo Tribunal Federal; e Aline Cristina Monteiro Roque, que também se gravou invadindo a Praça dos Três Poderes durante os atos golpistas.

Investigado por suposto peculato

O Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal abriu, ontem, uma notícia de fato, ou seja, uma apuração preliminar para saber se houve crime de peculato no caso que envolve a entrada de armas no Brasil trazidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O material chegou ao país em 2019, em voo da Força Aérea Brasileira (FAB), e foi um presente dos Emirados Árabes Unidos.

De acordo com as informações protocoladas no MPF, Bolsonaro trouxe uma pistola e um fuzil após a viagem oficial. Ao sair da presidência, teria levado o armamento como patrimônio pessoal.

Conforme a acusação protocolada, tratam-se de itens de uso restrito, que não foram registrados para entrar em território nacional, o que poderia caracterizar tráfico internacional de armas.

Bolsonaro é alvo de uma outra ação, protocolada em São Paulo, por requerimento da Receita Federal, para apurar a entrada no Brasil de joias doadas pela Arábia Saudita, em 2021, no valor de R\$ 16,5 milhões. O então presidente teria feito várias tentativas de liberar as peças, apreendidas na barreira alfandegária do aeroporto de Guarulhos. Além disso, ele ficou com um segundo lote de presentes, avaliado em R\$ 500 mil.

Para a entrada no país de produtos de elevado valor de mercado é necessário pagar um imposto de importação. Outra maneira de liberar as joias seria uma solicitação formal do Poder Executivo para que os objetos fossem incorporados ao patrimônio da União.

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu prazo de cinco dias para que o ex-presidente entregue as armas recebidas dos Emirados Árabes Unidos e as joias presentes pela Arábia Saudita que estão em poder dele.

A defesa de Bolsonaro já disse que o cliente entregará as peças — um relógio, uma caneta, duas abotoaduras, um anel e

um tipo de rosário. Em seguida, o caso deve ter andamento para avaliar se ocorreu algum tipo de prejuízo ao erário.

Segundo entendimento da Corte de contas, as joias e as armas não poderiam ser levadas ou incorporadas ao patrimônio pessoal da família do ex-presidente quando o político deixou o cargo, ao perder as eleições de 2022. O MPF abriu investigação inicial após uma solicitação da deputada federal Luciane Cavalcanti (PSol-SP).

O crime de peculato ocorre quando um funcionário público se apropria ou desvia dinheiro ou bem ao qual ele só teve acesso em razão do cargo. (RS)

Evaristo Sa/AFIP



Segundo a acusação, Bolsonaro trouxe uma pistola e um fuzil para o Brasil